QUEDA DO PODER DE COMPRA E AUMENTO DA POBREZA: UM OLHAR EM MEIO À CRISE DA COVID-19

ROCHA, Islany Mirelly de Paiva¹ VALENTIM, Luis Guilherme de Oliveira²

RESUMO

Em um período atípico de pandemia, o mundo se viu imerso numa crise sanitária e econômica. As consequências no Brasil se refletem especialmente na perda do poder de compra da população e no aumento da pobreza e desigualdade. O panorama político e econômico revela que ainda há bastante espaço para a busca de melhorias e propostas que resolvam os problemas dos indivíduos em situação de vulnerabilidade. As políticas aplicadas nesse período se manifestam como transferência de renda, contudo, essa resolução é apenas de curto prazo, se tornando ineficiente a longo prazo. Nesse sentido é necessária uma mudança na dinâmica dessas políticas, proporcionando oportunidades para que essa população vulnerável saia dessa situação e tenham uma fonte de renda própria, sendo assim o subsídio uma alternativa a curto prazo.

Palavras-chave: Crise. Vulnerabilidade. Pobreza. Políticas públicas. Inflação.

ABSTRACT

In an atypical period of a pandemic, the world found itself immersed in a health and economic crisis. The consequences in Brazil are especially reflected in the loss of the population's purchasing power and the increase in poverty and inequality. The political and economic panorama reveals that there is still a lot of room for the search for improvements and proposals that solve the problems of individuals in situations of vulnerability. The policies applied in this period manifest themselves as income transfers, however, this resolution is only short-term, becoming inefficient in the long term. In this sense, a change in the dynamics of these policies is necessary, providing opportunities for this vulnerable population to get out of this situation and have their own source of income, thus making the subsidy an alternative in the short term.

Keywords: Crisis. Vulnerability. Poverty. Public policy. Inflation.

¹Graduanda do curso de Ciências Econômicas da Universidade de Santo Amaro - UNISA, período noturno, contato: islanymirelly@outlook.com – março 2022

²Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade de Santo Amaro - UNISA, período noturno, contato: luisguilherme01@gmail.com – março 2022

1 INTRODUÇÃO

O mercado, assim como a economia, possui diferentes agentes, acontecimentos e políticas envolvidos em sua dinâmica. Sabe-se que, como trazido incialmente por Keynes, que é necessário que haja intervenções estatais para maximizar o bem-estar dos indivíduos, tendo em vista que o equilíbrio de mercado não leva em consideração as questões sociais.

Dentro da economia do setor público, as funções clássicas do Estado são: alocativa, estabilizadora e distributiva. Todas essas se relacionando a busca de bemestar da sociedade e a uma utilização otimizada dos recursos auferidos através de tributações, ou seja, o dinheiro da população sendo direcionada para ela mesma (ENAPE, 2017).

O ano de 2021 foi marcado ainda intensamente pela crise econômica advinda da Covid-19, onde o mundo passou por modificações sanitárias em busca de diminuir o contágio pelo vírus e assim preservar vidas, o que interferiu diretamente as relações comerciais, dos pequenos empreendedores aos grandes negócios.

As novas relações foram marcadas pelo distanciamento social, conjuntamente com o desemprego, aumento de inflação e trabalho remoto (ou home office). Nesse cenário novas modalidades começaram a ganhar mais espaço, como vendas on-line, pagamentos por meios digitais, em detrimento ao dinheiro físico, dentre outros.

Contudo, um fator preocupante nesse interim é que a crise aprofundou problemas relacionados a pobreza e a desigualdade. Nas palavras de Campoó (2022, p.36): "em um mundo sem o Coronavírus, já não tinha livre acesso aos direitos básicos como água potável, moradia, alimentação e acesso a serviços públicos, que se tornaram ainda mais indispensáveis frente ao vírus"

Nesse contexto, a pergunta problema do atual trabalho é: Como amenizar os efeitos da crise, proporcionando a população mais vulnerável o mínimo de bem-estar frente a situações adversas?

Inicialmente, tem-se como proposta analisar a conjuntura econômica do país, verificar os fatos e acontecimentos, correlatando esses de maneira adequada, buscando compreender a causalidade entre os eventos.

O objetivo geral do trabalho é: entender o cenário político-econômico do último semestre, compreendendo como os acontecimentos interferiram na economia e no bem-estar dos cidadãos, em especial naqueles que se encontram numa

situação vulnerável, e quais políticas podem ser adotadas, frente a esse cenário, visando o bem-estar da população brasileira.

Como objetivos específicos pode-se colocar:

- Analisar, de forma sucinta, o cenário político-econômico dos últimos seis meses;
- Compreender os acontecimentos que interferiram de forma mais impactante nos indivíduos de baixa renda;
- Analisar quais políticas econômicas podem ser tomadas frente a esse cenário, visando uma melhoria do bem-estar social para os próximos seis meses.

A justificativa pode ser compreendida a partir das funções do Estado, que buscam uma melhoria no bem-estar social, especialmente daqueles que dependem das políticas. E da atribuição de um economista de formular políticas que conduzam a uma melhoria no país, que tem como partida inicial a análise de conjuntura. Além da problemática da pobreza e desigualdade ser algo estrutural no Brasil, e que foi ainda mais intensificado após a pandemia.

O desenvolvimento do trabalho foi realizado de acordo com as diretrizes do projeto, tendo incialmente um aporte teórico e metodológico explicando o desenvolver das ideias, seguidos de uma análise de alguns acontecimentos que impactaram diretamente a população de baixa renda, e, posteriormente, possíveis formulações políticas para o melhoramento desses aspectos aprofundados pela atual crise.

1.1 Metodologia

A pesquisa se caracterizou inicialmente como documental, tendo por base noticiários jornalísticos. Contudo, posteriormente, ao buscar base teórica e científica para aprofundar as ideias já percebidas no cenário econômico, a pesquisa tomou uma característica bibliográfica.

A população de estudo foi os brasileiros, tendo em vista que acontecimentos mundiais interferiram na situação nacional, assim como acontecimentos locais (como as tragédias naturais decorrentes de deslizamentos e chuvas em cidades no Brasil).

O material de pesquisa inicial, como já citado, foram arquivos noticiários e jornalísticos, sendo utilizados posteriormente fontes bibliográficas do meio

acadêmico e sites oficiais de pesquisa ou institucionais. No Apêndice do trabalho é possível visualizar um material compactado das notícias que foram utilizadas como base para o desenvolver da pesquisa.

A nível de compreensão cabe colocar algumas nomenclaturas adotadas ao decorrer do trabalho, a população alvo de estudo são as famílias de baixa renda, que perderam o poder de compra. Cabe ressaltar que a população como um todo teve perda do poder de compra e foi impactada com a crise, aumento de preços e inflação.

Contudo, considera-se no atual trabalho os indivíduos que foram impactados de modo significativo, tendo que reconsiderar o consumo e até mesmo aqueles que entraram na linha de pobreza. Desse modo, essa população de interesse no estudo é tratada como vulnerável, em termos de nível de renda.

Como limitação do estudo pode-se colocar que o nível de pobreza não é algo que é atualizado com constância (como outros índices, de inflação, renda, emprego) nas bases de dados e sites de pesquisa, então analisou-se o panorama do Brasil, e acontecimentos que interferem diretamente na renda, sabendo que no ano de 2021 o nível de pobreza foi crescente.

1.1.1 Da crise ao caos: o aprofundamento de problemas já existentes

Nos últimos seis meses, correspondente a outubro de 2021 a março de 2022 a conjuntura econômica foi caracterizada, ainda, por diversas problemáticas que vem se agravando após a chegada da Covid. Os mais diversos acontecimentos mexeram com a dinâmica do país, fatos nacionais e internacionais.

Tanto o cenário macroeconômico como o micro se caracterizou por tensões nesse período. A repercussão da crise ainda pode ser sentida em diversas classes, além de tensão políticas nacionais e internacionais que impactaram o cenário brasileiro.

Diversos acontecimentos levaram ao aumento da inflação, como o aquecimento da economia com a liberação do auxílio emergencial, o aumento do dólar, a escassez de alguns produtos importados (devido às restrições de comércio para segurança), até a mais recente guerra com a Ucrânia mexendo com a dinâmica do comércio internacional. Além do aumento de itens básicos como energia e gás (BASILIO, 2021).

A pobreza e a desigualdade se aprofundaram nesse contexto, segundo Landim (2021), em outubro de 2021 a população abaixo da linha de pobreza³ no Brasil chegou a 28 milhões, sendo em 2019, antes da pandemia, um pouco mais de 23 milhões de habitantes, ou seja, aproximadamente 5 milhões foram colocados numa situação insustentável em termos de renda, além daqueles que já se encontravam nessa situação.

Uma das medidas adotadas pelo governo federal em busca de amenizar essa problemática foi a do auxílio emergencial, que inicialmente reduziu o quantitativo da população pobre, entretanto, conforme o auxílio foi suspenso/reduzido a pobreza foi aumentando e chegando a valores ainda mais alarmantes (LANDIM, 2021).

As classes de renda mais baixa não puderam seguir as restrições sanitárias, tendo em vista que paralisar seus trabalhos informais parecia algo inviável devido a subsistência. Além de que os mais pobres, inclusive aqueles em situação de rua, não possuíam máscaras e álcool para proteção e higienização (CAMPOÓ, 2022).

Diante dessas dificuldades, foi criado ainda o Auxílio Brasil, representando um subsídio com aumento de 17,84% no tíquete médio da Bolsa Família, representando R\$217,18 mensais, direcionado para famílias de baixa renda. Essa política se caracteriza como uma transferência de renda que se iniciou em novembro de 2021 (BRASIL, 2021).

Quanto ao mercado de trabalho. Nogueira (2022) afirma que a taxa de desemprego⁴ foi a menor (11,2%) do país desde o ano de 2016, contudo, houve uma baixa de 10% na renda média dos brasileiros. Isso pode ser compreendido pelo trade-off clássico existente entre inflação e desemprego, onde num cenário de alta inflação a taxa de desemprego diminui.

A informalidade aumentou quando comparada ao ano passado, sendo atualmente 40,4% e 39,2% no ano anterior (Tuon, 2022). É possivel a compreensão de que com a baixa de empregos que aconteceu no começo da pandemia, a informalidade foi o meio de boa parte da população adquirir renda. Atualmente, segundo o autor, essa taxa caiu novamente (0,3% comparado ao trimestre anterior) e equivale a 38,5 milhões de trabalhadores.

³ A linha de pobreza atualmente no Brasil é definida por famílias que possuem uma renda per capita de até R\$200, enquanto os extremamente pobres possuem uma renda per capita de R\$100 (BRASIL, 2021).

⁴ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Nesse contexto, os principais agentes que se identifica é o governo federal, buscando amenizar os efeitos crise; instituições independentes e filantrópicas, bem como indivíduos com iniciativa própria mobilizando ações sociais; há também de se considerar que governos federais e municipais tem um papel estratégico nesse cenário.

Ainda é possível citar, nesse cenário, que a esfera política está envolta em toda essa dinâmica, o atual presidente Bolsonaro se mantem estável nas pesquisas políticas, muitos o reprovam devido à alta de preços vivenciada no período pandêmico. Enquanto que o ex-presidente, que possui um histórico populista, Lula, domina as pesquisas eleitorais.

1.2 Resultados e Discussão (Análise dos Resultados)

Diante das colocações já trazidas é possível pontuar dois acontecimentos que dificultaram a situação econômica da sociedade ao longo desse período, a inflação e a estagnação econômica advinda da crise. Um breve histórico da inflação pode ser observado na Figura abaixo:



Fonte: IBGE, 2022.

É possível perceber diversas flutuações, e um aumento mais elevado, dentro do período de análise nos meses de outubro e de fevereiro. O índice escolhido foi o INPC por esse demonstrar mais sensibilidade com as famílias de renda mais baixa, segundo o IBGE (2022, p.1):

O INPC – índice Nacional de Preços ao Consumidor – verifica a variação apenas para famílias entre 1 e 5 salários mínimos de renda. São grupos mais sensíveis às variações de preço, pois tendem a gastar todo o seu rendimento em itens básicos, como alimentação, medicamentos, transporte, etc.

Conjuntamente com essa alta da inflação houve (e ainda há de continuar futuramente) uma estagnação da economia, que pode ser verificada através da retração do Produto Interno Bruto (PIB):

Figura 2 – Variação do PIB⁵

Variação trimestral - Brasil

20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

-20,0

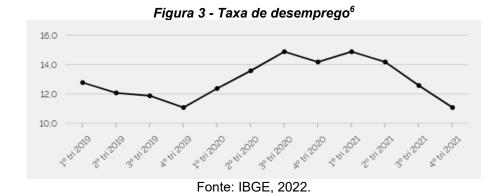
-20,0

-20,0

Fonte: IBGE, 2022.

Observando o PIB, percebe-se que a primeira retração aconteceu no período que coincide com o início da pandemia, tendo se elevado no segundo trimestre de 2021, o que pode coincidir com a reabertura do comércio, o que precisaria de uma análise mais detalhada para confirmar, mas esse não é o período de análise da nossa pesquisa. No período de análise da atual pesquisa o PIB caiu.

No que se relaciona ao mercado de trabalho. Percebeu-se que no último semestre a taxa de desemprego diminuiu. A partir de dados do IBGE (2022) é possível visualizar essa informação:



⁵ A variação do PIB, medida pelo SCNT - Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - traz a evolução do PIB no tempo, comparando seu desempenho trimestre a trimestre e ano a ano.

O desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. É calculado pela PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2022).

Contudo, como já colocado anteriormente, mesmo com esse aumento de empregos, os níveis médios de salário caíram. O que pode ser colocado como um obstáculo num período onde os preços e a inflação, como um todo, subiram. E esses números não impediram com que a quantidade de pessoas na linha de pobreza tenha aumentado.

Há ainda questionamentos acerca de algumas medidas tomadas por Bolsonaro direcionadas as classes mais pobres, tendo em vista que as medidas protetivas tomadas no período pandêmico foram um tanto controversas, sinalizando que a proteção/isolamento era algo fantasioso.

Como principal deficiência, dentro da nossa área de análise, tem-se que as políticas governamentais adotadas se direcionam a um paliativo, no sentido de proporcionar um aumento de renda nesse interim, mas não proporcionar oportunidades, como medidas educativas que insiram essas pessoas no mercado de trabalho ou que as auxiliem a desenvolver o seu próprio negócio.

Outra questão que também pode ser levantada é a do acesso emergencial ter sido realizado exclusivamente por um celular (que possuía um limite para registro de contas na Caixa Tem), sendo essa uma barreira para as pessoas pobres, onde muitas vezes não possuíam acesso a celular ou internet.

Como oportunidades de melhorias é possível colocar que seria necessárias políticas não apenas distributivas (como é o caso do Bolsa Família e Auxílio Brasil), mas que também possibilitem esses indivíduos a saírem da vulnerabilidade, como microcrédito direcionado, cursos profissionalizantes, cursos de empreendedorismo, além de assistência social e psicológica que possibilitem o fortalecimento dessas pessoas como indivíduos capazes de serem autores da própria vida.

Nesse sentido, essas políticas devem se direcionar ao desenvolvimento do país, tendo como alvo não apenas a renda, mas a mudança/criação de oportunidades.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer do trabalho foi possível compreender a dinâmica da economia nos últimos seis meses, observou-se que a sociedade perdeu o poder de compra e que mais indivíduos foram colocados numa situação vulnerável. As políticas tomadas pelo Estado foram, em sua maioria, distributivas, através da concessão de subsídios.

Contudo, essas políticas mostram um carácter de solução temporária e que é inviável a longo prazo.

Tendo em vista a situação econômica do país e a necessidade do controle dos gastos visando equilibrar as contas do governo, uma política distributiva sem políticas de inclusão e redução de desigualdade não resolvem as disparidades sociais e econômicas do país.

Em meio à crise não surgiram esses problemas de vulnerabilidade e dificuldade em auferir o mínimo para subsistência, mas se agravaram. Contudo, a crise proporcionou uma maior visibilidade a problemas estruturais no país, e que por décadas são tratadas com políticas paliativas e que sinalizam ter um teor político, buscando o voto dos mais pobres.

Ainda é possível colocar que alguns modos de economias podem ser interessantes nesse cenário, como a Economia Solidária, Economia Colaborativa e Economia Criativa, que muitas vezes são adotadas num cenário de crise, e atuam de um modo diferenciado, otimizando os problemas e buscando não apenas o lucro do mercado mas também o bem-estar social.

REFERÊNCIAS

BASILIO, Patrícia. **O retorno da inflação em 2021: veja como a alta de preços afetou a economia e o bolso dos brasileiros.** In: G1. Dezembro, 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/23/o-retorno-da-inflacao-em-2021-veja-como-a-alta-de-precos-afetou-a-economia-e-o-bolso-dos-brasileiros.ghtml. Acesso em: 27 mar. 2022.

BRASIL, Governo do. **Governo Federal reajusta as faixas de extrema pobreza e de pobreza e aumenta o valor dos benefícios assistenciais pagos a essas famílias**. Novembro, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/11/governo-federal-reajusta-as-faixas-de-extrema-pobreza-e-de-pobreza-e-aumenta-o-valor-dos-beneficios-assistenciais-pagos-a-essas-familias. Acesso em: 25 mar. 2022.

CAMPOÓ, Ana Laura Mônico Brandão. **População em situação de rua e a pandemia de covid-19**: breve análise dos desafios da Política de Assistência Social. 2022.

ENAPE – Escola Nacional de Administração Pública. **Introdução ao Estudo do Setor Público**: Tributação e Funções Clássicas do Estado. Brasília, DF. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Painel de indicadores.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 25 mar. 2022.

LANDIM, Raquel. **Quase 28 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil.** 2021. In: CNN. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/business/quase-28-milhoes-de-pessoas-vivem-abaixo-da-linha-da-pobreza-no-brasil/. Acesso em: 20 mar. 2022.

NOGUEIRA, Carol. Inflação alta e crescimento baixo criam desafios para geração de emprego e renda. Março, 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/business/podcast-e-tem-mais-inflacao-alta-e-crescimento-baixo-criam-desafios-para-geracao-de-emprego-e-renda/. Acesso em: 21. Mar. 2022.

TUON, Ligia. **Desemprego cai a 11,2% no trimestre até janeiro, menor taxa para o período desde 2016.** In: CNN Brasil. Março, 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/business/desemprego-cai-a-112-no-trimestre-ate-janeiro-menor-taxa-para-periodo-desde-2016/. Acesso em: 25 mar. 2022.

APÊNDICE A - Notícias e fatos: out 2021 - mar 2022

Outubro 2021	Queda na desaprovação de Bolsonaro
	Pandemia provoca aumento dos níveis de pobreza: quase 28 milhões de
	pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza no Brasil
	Altos níveis de desemprego
Novembro 2021	Moro lança candidatura
	Governo reajusta linha de extrema pobreza e pobreza e aumenta o valor dos
	benefícios pagos a essas famílias
Dezembro	Surgimento da Omicron
2021	Enchentes na Bahia
Janeiro 2022	Justiça arquiva caso do triplex do Guarujá contra Lula
	Inflação alta e dólar a R\$6
	Brasil tem novo recorde de casos diários da Covid
	Influenza e corona se espalham pelo Brasil
	Fortuna de bilionários do mundo cresceu 60% após a pandemia
Fevereiro 2022	Tragédia com deslizamento de terras e enchente em Petrópolis - RJ
	Lula foi inocentado de todas as acusações do Lava-Jato
Março 2022	Bolsonaro assina decreto para distribuição gratuita de absorventes íntimos
	Diminuição das restrições sanitárias relacionadas à Covid
	Aumento do preço do petróleo e, consequentemente, da gasolina
	Guerra na Ucrânia: afeta fornecimento de petróleo e derivados, produtos
	agrícolas, como trigo, milho e óleo de girassol, e fertilizantes. Aumento do
	preço das commodities
	Redução entre a diferença de intenção de voto entre Lula e Bolsonaro (este
	ganhando mais aprovação)
	Pobreza entre crianças cresce após o fim do auxílio emergencial, diz Unicef
	Riscos de recessão são altos
	Inflação é o ponto principal de percepção dos eleitores (intenção de voto de
	Bolsonaro estagnada)
	Inflação alta e crescimento baixo criam desafios para geração de emprego e
	renda
	Torida